

RATZINGER, O NOVO PAPA

Urbano Zilles

No final do pontificado de João Paulo II, o cardeal Joseph Ratzinger era, para uns, uma garantia da identidade católica e, para outros, um homem temido como autoritário; admirado pela sua argúcia teológica e combatido por sua atitude firme contra toda a forma de desvio doutrinário na função de Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Na mídia esqueceu-se seu passado de teólogo “progressista” do Vaticano II, de pensador reconhecido pelos pares e de professor de Teologia que fascinava a geração jovem. No Concílio Vaticano II lutou contra a intromissão da Cúria Romana nos assuntos da assembléia conciliar. Em escrito advoga um cristianismo aberto ao mundo e, em 1970, até defendeu uma maior democratização na Igreja Católica.

Quando, no segundo dia do conclave, na praça de S. Pedro se ouviu a proclamação “*habemus Papam*” e apresentando-se à multidão o até então cardeal Ratzinger, agora Bento XVI, como “um humilde trabalhador da vinha do Senhor”, não tardaram vozes maliciosas com suspeitas de nazismo e de repressão de teólogos da libertação. O que é verdade e o que é mentira?

Em 1997, Ratzinger publicou um livro sobre sua vida: *Recordações (1927-1977)*. Nele conta que, em 1943, tendo 16 anos e sendo seminarista, foi convocado pelo governo de Hitler a ingressar no exército alemão. Foi chamado, com outro grupo de seminaristas, para a defesa anti-aérea de Munique. Em 1944 sofreu a tirania e os insultos dos oficiais nazistas por negar-se a integrar a SS. Portanto, não foi nazista, mas vítima do nazismo.

Quando, em 1982, Ratzinger assumiu o cargo de Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, introduziu na antiga Inquisição clima de diálogo no exame de doutrinas. No caso do re-dentorista P. Vidal, professor de Moral, após quase três anos de sereno diálogo, chegou-se a um acordo, aceitando o Autor reelaborar seus escritos.

Da mesma forma acusou-se Ratzinger de ter condenado os “teólogos da libertação”. Essa Teologia teve um objetivo certamente louvável: enfrentar a pobreza e opressão na América Latina. Entretanto, alguns teólogos mostraram-se irredutíveis nos métodos por eles propostos: interpretação marxista da história, declarando-se dogmaticamente subservientes ao socialismo.

A Teologia da libertação, vaga em suas formulações doutrinárias, mas atraente por seu diálogo com as ciências humanas na busca de soluções sociais, segundo Ratzinger, esvaziou “seriamente a realidade global do cristianismo num esquema de práxis sociopolítica de libertação”. Essa Teologia, muitas vezes ideologia com uso da linguagem religiosa tradicional, visava uma “nova hermenêutica da fé cristã”, rompendo com a tradição do passado. Seus líderes reivindicaram a infalibilidade para si negando-se arrogantemente a um diálogo. Ou somente dialogavam com clones, excluindo a quem considerassem como oposto. Ora, cabe inculpar Ratzinger de fechado a novas formas de pensamento, só porque não pensa como eles?

O pontificado de Bento XVI promete ser auspicioso com a Igreja aberta ao diálogo, ao ecumenismo, ao desenvolvimento responsável no campo da tecnociência, à construção de um mundo com mais justiça social e paz, sem renunciar a sua identidade fundada em Jesus Cristo.